CÂMARA MUNICIPAL DE
SALVADOR
O futuro da cidade passa por aqui.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA AO PROJETO DE LEI Nº 87/2019

AUTOR: Ricardo Almeida

EMENTA: Institui no município de Salvador o Dia Municipal dos Conselheiros dos Embaixadores do Rei.

Relatório

Trata-se de projeto de lei de autoria do vereador Ricardo Almeida que institui no município de Salvador o Dia Municipal dos Conselheiros dos Embaixadores do Rei.

Em sua justificativa, o autor informa que desde 1948 foi criada a "embaixada" pelo estadunidense Willian Alvin Hatton e que homens e mulheres trabalham em prol de crianças e adolescentes como conselheiros dos embaixadores do rei.

O Setor de Análise e Pesquisa, em manifestação à folha 04, informa a inexistência de proposição legislativa que verse especificamente sobre o tema aludido na epígrafe. Quanto à técnica legislativa aponta que o critério trazido nos artigos 2º e 4º da Lei Municipal 9333/2018- que tratam da obrigatoriedade de realização de consultas e audiências públicas para a instituição de datas comemorativas – não fora cumprido.

Na Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, com relatoria do vereador Alexandre Aleluia, o projeto foi declarado constitucional e apto a seguir tramitação.

Na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização foi designada a relatoria à Vereadora que subscreve o presente parecer.

Esse é o breve relatório. Passo a opinar.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, no uso de suas competências constantes no artigo 163 da Lei Orgânica do Município do Salvador, passará a analise neste parecer se o projeto de Lei, uma vez aprovado, não colidirá com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual-PPA, a Lei Orçamentária Anual- LOA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO.

Do ponto de vista do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, Resolução nº 910, de 16 de maio de 1991, temos que o projeto precisa observar o disposto no artigo 188, transcrito e grifado abaixo:

CÂMARA MUNICIPAL DE
SALVADOR
O futuro da cidade passa por aqui.

> Art. 188. A iniciativa dos Projetos de Lei **cabe a qualquer Vereador, Comissão da Câmara, cidadãos e ao Prefeito, sendo privativa deste a Proposta Orçamentária e aqueles que disponham sobre matéria financeira, criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou importem em aumento da despesa ou diminuição da receita**, ressalvada a competência da Câmara, no que concerne à organização de sua Secretaria e à fixação dos vencimentos dos seus servidores.

A proposição que ora analisamos não invade competência do executivo, não cria ou altera a estrutura ou a atribuição de órgãos da Administração Pública local nem trata do regime jurídico de servidores públicos. As hipóteses de limitação da iniciativa parlamentar estão taxativamente previstas no art. 61 da Constituição.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, os eventuais gastos oriundos da implementação da proposição ora analisada **não se enquadram na condição de despesa obrigatória de caráter continuado**. Nesse sentido, a proposição não está sujeita à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida norma, não sendo necessária, assim, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro, nem a demonstração da origem dos recursos para o seu custeio e qualquer comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas.

A proposição também não conflita com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual, estando abrangida pelos programas e ações previstas em tais leis.

Pelo exposto, o parecer é no sentido de APROVAR o Projeto de Lei nº 087/2019, dado ao fato deste atender aos aspectos orçamentários constitucionais, legais, jurídicos e regimentais necessários ao seu regular trâmite, ressalvando a necessidade de comprovação de realização da consulta pública e da audiência pública, como estabelece o artigo 2º da Lei 9333/2018.

É o parecer.

13 de setembro de 2019

Marta Rodrigues
Relatora